

Único ser sagrado na Amazônia é o homem

Ricardo Lessa

— Que conclusões tirar do debate que hoje se trava em torno da Amazônia?

— Existe hoje um choque de discursos sobre a Amazônia. Dois discursos que são compatíveis apenas na retórica, mas incompatíveis na prática. De um lado, há os ecólogos, para os quais a natureza é sagrada e intocável, como se houvesse um tabu ou um karma a envolvê-la. Para estes a natureza, na Amazônia, só pode ser utilizada para finalidades de pesquisa. Eles fazem a ressalva de que algum desenvolvimento econômico pode ser feito, mas a ressalva é só retórica, porque não indicam como, nem em que área, ou com qual tecnologia se pode levar a cabo o desenvolvimento. De outro lado está o discurso dos empresários, que dizem que a natureza deve ser preservada, mas o progresso não deve ser detido. Eles condenam apenas alguns processos mais aberrantes do governo, mas querem a permanência de toda a estrutura tradicional de estímulos que conduzem à destruição da floresta e ao aproveitamento dos grandes rios. Esses dois discursos são incompatíveis.

— É possível uma posição intermediária? Qual?

— É preciso entender que há somente um ser sagrado, cujo interesse está envolvido em tudo isso: o homem e não a natureza. Este é que deve ser protegido em sua saúde, educação, aspirações ao progresso e à participação da riqueza coletiva. O que deve ser intransigentemente conservado na natureza é o que se faz necessário para a preservação do habitat do homem, tanto em seu aspecto regional como planetário. Sob esses dois princípios poderiam ser formuladas propostas e intensificados os estudos de tecnologias e recursos naturais adaptados à área, em todos os setores econômicos.

— O senhor daria algum exemplo?

— Poderiam ser criadas mini-hidrelétricas, em vez dos projetos atuais de grandes extensões, que afetam o curso dos rios. Deveria ser proibida a pecuária em zonas de mata virgem. Deveriam ser apoiadas as iniciativas de homens da floresta que chamassem a si, dentro de um quadro de seriedade, a responsabilidade de manter reservas extrativistas. Todas essas propostas deveriam ter como preocupação maior a preservação da mata e dos grandes rios. Quando eles são afetados se interrompe o processo generoso de vida na floresta amazônica. Esta proposta de conciliação é também uma crítica ao que foi feito e nos sugere um programa de ação, para que não se repitam os mesmos erros.

— Que fazer com os projetos gigantes que já estão instalados na região?

— O que já está construído não vamos destruir. Mas os novos projetos devem ser precedidos de debates democráticos e científicos de grande transparência — às vezes, exigindo mesmo consentimento plebiscitário das populações atingidas. Os projetos concebidos em gabinetes de Brasília, e aplicados autoritariamente sem consulta a ninguém, têm causado males sem conta às regiões, às populações e à natureza.

— Alguns projetos não podem ainda ser corrigidos?

— Claro, vários erros ainda são susceptíveis de correção. Ainda há muitas regiões intocadas. Os projetos siderúrgicos de Marabá, do programa Grande Carajás, prevêem consumo de carvão vegetal. Ora, isso vai conduzir inevitavelmente a novos avanços sobre a floresta, e a combustíveis que causam mal à saúde e à natureza. Trata-se de algo que vai ferir a base do equilíbrio do ecossistema. É preciso repensar isso. Por que não levar o minério para uma região que tenha carvão mineral? Por que exportar para o Japão em função do pagamento da dívida externa?

— O debate sobre a Amazônia não está muito inflamado, muito emocional? As vezes, o senhor não acha que ele perdeu a racionalidade?

— O debate inflamou porque a floresta entrou em combustão. Sempre se sonhou aqui na Amazônia em fazer um zoneamento econômico e ecológico que respeitasse o ambiente e levasse o progresso às populações do interior. Nunca pensamos em manter o status de menoridade social das populações interiores. Elas têm direito a participar do progresso social. Idealmente, achamos que havia possibilidade de compatibilizar o desenvolvimento, e o progresso da população com a preservação da natureza. Desde que se respeite o sistema nervoso da região — ou seja, a florestas e os grandes rios —, é possível estabelecer programas que compatibilizem as duas necessidades, a de progresso das comunidades e a de preservação ambiental.

— A seu ver, o sistema nervoso de que fala já foi atingido pelo modelo de desenvolvimento adotado?

— Sem dúvida. O capitalismo galopante que os governos adotaram não respeita as bacias dos rios e as regiões de matas.

— O que é preciso mudar para frear a destruição?

— É fundamental remodelar os aparelhos institucionais ligados aos problemas da terra no país. Enquanto a migração trouxe milhares de pessoas carentes de tudo para a Amazônia, às quais também falta educação ambiental, o problema não será resolvido. Isso nos conduz a questionar o regime de propriedade da terra no país em geral — no Nordeste em particular, mas também no Paraná e no Rio Grande do Sul, de onde vêm o maior contingente de migrantes para a Amazônia. Temos que questionar também o regime de incentivos fiscais, que em má hora os empresários conseguiram introduzir na Constituição.

— Os incentivos têm sido incentivos à destruição?

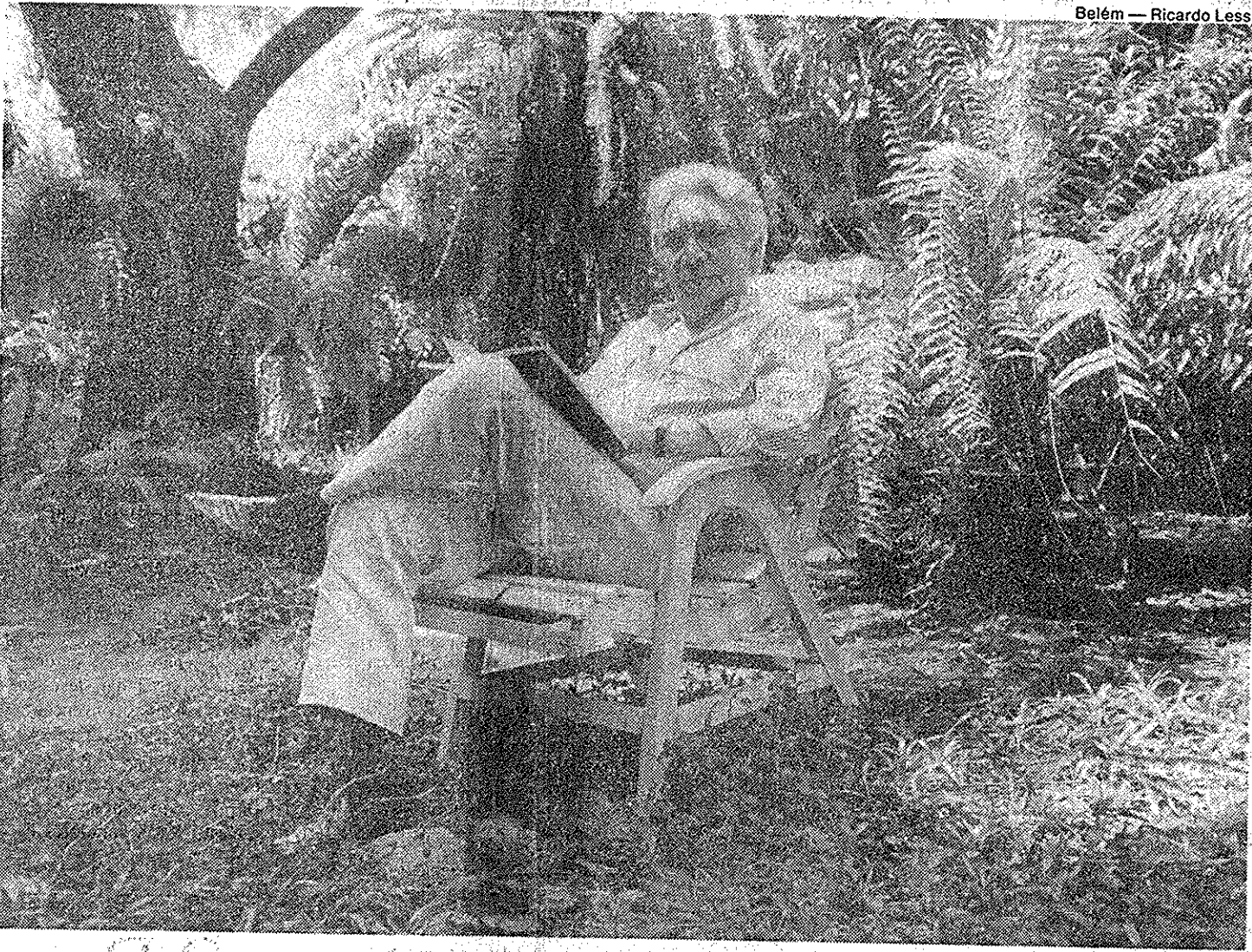
— É conhecido o mecanismo das isenções fiscais para aplicação na Amazônia, e como ele foi usado para a introdução da pecuária predatória na região. Além disso, os empresários do Sul, através do mecanismo da recompra de ações, podem reaver 40% do

Só um ser deve ser considerado intocável na Amazônia, de resto como no Brasil e em todo planeta: o homem. Não a natureza. A natureza deve ser preservada na medida em que constitui o habitat do próprio homem. É a partir dessa premissa que se deve discutir uma política para a região amazônica. Esta é a proposta do professor Roberto Santos, professor de Economia e Direito na Universidade Federal do Pará, autor, entre outras obras de Economia, Direito e Sociologia, de uma História Econô-

mica da Amazônia que se transformou numa das bíblias dos jovens cientistas que se dedicam à amazonologia.

Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo e juiz do trabalho em Belém, Roberto Santos, de 56 anos, acha que o debate sobre a Amazônia está polarizado entre dois discursos incompatíveis na prática e conciliáveis apenas na retórica: um que quer a natureza intocável como um tabu, e outro que não abre mão de utilizá-la de maneira destrutiva. Ele considera compreensível que o de-

bate tenha se inflamado — afinal, "a floresta entrou em combustão". Mas propõe que sejam repensados os grandes projetos pecuários e hidrelétricos da região, uma vez que afetam os grandes rios e as reservas de mata virgem que são o sistema nervoso da Amazônia. Em entrevista concedida em Belém, o professor afirmou que ainda crê na possibilidade de corrigir os erros e encontrar um modelo onde se possa conciliar o ritmo do progresso, que as populações do interior desejam, e a conservação da floresta amazônica.



Belém — Ricardo Lessa

Compatibilizar

"Achamos que havia possibilidade de compatibilizar um ritmo de desenvolvimento sem destruir a floresta e os grandes rios, que são o sistema nervoso da Amazônia."

Migração

"Enquanto a migração trouxe milhares de pessoas carentes de tudo para a Amazônia, às quais também falta educação ambiental, o problema não será resolvido."

Infelicidade

"O que faz mal à Amazônia não é pertencer ao Brasil, mas sim ter o mesmo Estado autoritário, e nem sempre inteligente, que o Brasil como um todo tem a infelicidade de possuir."

História

"Se Dom José I tivesse se refugiado na Amazônia, o coração da história bateria mais forte aqui do que lá, no Sul. E o Rio de Janeiro é que seria um lugar distante."

Preocupação

"Acho que a preocupação das nações estrangeiras com a ecologia na Amazônia se justifica, na mesma medida em que se justificam as nossas quanto à poluição dos países desenvolvidos."

Milícias

"A proposta de Katzmann prevê a criação de milícias que seriam formadas pelos índios, aos quais seriam entregues armas e walkie-talkies, e proibiram a entrada de pessoas não autorizadas na Amazônia."

capital que aplicariam na Amazônia e redirecionar essa aplicação para o Sul do país.

— A Amazônia está, pelo visto, importando problemas do Brasil?

— Os problemas da Amazônia são conseqüentes dos nacionais, especialmente os ligados à estrutura agrária. Isso não significa que não tenhamos nossos próprios problemas e que a Amazônia seria um paraíso se estivesse fora do Brasil. Nós sofremos os problemas da crise do capitalismo brasileiro. Quando os lucros são ociosos, logo procuram oportunidades extraordinárias de aplicações. Na Amazônia, esses capitais são apoiados institucionalmente, no regime de incentivos fiscais. A região vem fornecendo minérios, como ouro, bauxita e ferro, que servem para o pagamento da dívida externa. Além disso, as cidades amazônicas vêm sofrendo o mesmo processo de crescimento desordenado de outras partes do Brasil. O que faz mal à Amazônia não é pertencer ao Brasil, mas sim ter o mesmo estado autoritário, e nem sempre inteligente, que o Brasil como um todo tem a infelicidade de possuir.

— Estaria ocorrendo um processo semelhante ao do início da República, quando o governo central levava da região os impostos sobre a borracha e lhe dava em troca as mazes e os mandarins?

— Em 1885, no climax da produção de borracha, a renda per capita da Amazônia chegou a 774 dólares, bem mais alta que a do Rio de Janeiro. Em 1975, quase um século depois, essa renda era a mesma. Isso mostra a profundidade da crise que envolveu a região depois da decadência da borracha. Os herdeiros da velha classe dominante da Amazônia, que sentiam nostalgia e orgulho da época áurea dos seringais, podem se jactar de ter atingido formalmente o mesmo nível de renda do século passado — mas não podem se orgulhar de ter administrado a riqueza de forma que as populações pudessem partilhar melhor, hoje, o produto social.

— O que é a Amazônia para o senhor?

— No início de meus estudos cheguei a me perguntar se a Amazônia poderia ser objeto de conhecimento científico. O professor Charles Wagley, um estudioso da região, gosta de falar em amazonologia, e chama aqueles que estudam a região de amazonólogos — dando a entender que a Amazônia é um conceito. Há quem veja a Amazônia como um espaço sem unidade e autonomia, útil apenas para o alastramento do capitalismo brasileiro. Na minha opinião, a Amazônia é, antes de tudo, sua população, enquanto estruturada por uma língua e um conjunto de instituições, e restringida ou ajudada por uma riquíssima e peculiar geografia. Predomina nessa conceituação o elemento humano, de preferência à conceituação clássica, em que se valoriza o físico e geográfico. Do ponto de vista histórico, essa população se organizou de modo similar à organização colonial brasileira, e guardou com o Brasil laços de solidariedade e interdependência. Por outro lado, ela aderiu à independência do Brasil só em 1823, quase um ano após o Grito do Ipiranga. De qualquer forma, a região tem feito questão de se considerar parte do Brasil.

— Mas esses laços não seriam menos fortes do que o de outras regiões? A Amazônia não teria começado a fazer parte do Brasil só mais recentemente?

— Eu admito que os laços integradores da região com o Brasil, principalmente na área interiorana, não sejam tão fortes como o de outras regiões. Isso se deve, creio, à baixa participação da Amazônia, até hoje, na produção da história nacional, e especialmente nas decisões das classes dominantes.

— E o fator geográfico, não pesa?

— Acho que foi a história, mais do que a geografia, que distanciou a Amazônia do resto do Brasil. Por que a história se fez mais no Sul do que aqui na Amazônia? No século 18, o marquês de Pombal mandou seu próprio irmão para administrar o Pará. A beleza monumental do Palácio dos Governadores, construído em Belém, não se justifica se não fosse para acolher um rei. Não foi feito para um administrador provincial qualquer. A lenda de que Dom José I se refugiaria na Amazônia, se Portugal fosse invadido pela Espanha, encontra justificativa na suntuosidade desse palácio e da igreja da Sé.

— Há outros indícios históricos que reforçam essa tese?

— Recentemente foram encontradas as fundações e a planta de um monumento que seria construído para saudar a chegada do monarca português no Pará. Um monumento no estilo do Arco do Triunfo. Isso mostra que a hipótese da vinda do Rei de Portugal para Belém não era apenas uma lenda. Então, por volta de 1770, existiam os estados do Grão Pará e o do Brasil, que mantinham comunicações independentes com Lisboa. A ligação dos dois só existiu a partir de 1808, com a chegada de D. João VI e a transferência da corte para o Rio de Janeiro. Juridicamente, em 1823, acabou-se a dúvida, com a adesão do Pará à Independência. Mas, suponhamos que Dom José tivesse vindo para Belém. Como seria a história depois? O coração da história bateria mais forte aqui do que lá, no Sul. O Rio Grande do Sul teria, certamente, sido anexado à Argentina, e o Rio de Janeiro é que seria considerado distante.

— O que o senhor acha das alegações de que existiriam, por trás da campanha de defesa ecológica da Amazônia, interesses internacionais de dominação?

— Considero não provada a existência de interesse internacional na dominação imediata da Amazônia, ainda que para preservação ecológica. Acho que a preocupação das nações estrangeiras com a ecologia na região se justifica, na mesma medida em que se justificam nossas preocupações com respeito aos imensos desequilíbrios ecológicos e grandes emissões de poluição por parte dos países desenvolvidos. Vejo a manifestação dos outros países mais como um desejo de ajudar em planos do governo brasileiro que levem a sério o questão ambiental.

— No campo científico não houve propostas de internacionalização da Amazônia?

— De fato, há propostas neocolonialistas e absurdas. Mas é muito maior o número de trabalhos respeitáveis e importantes, para o Brasil, da parte de cientistas ame-

ricanos, ingleses, alemães e de outras nacionalidades. Um dos melhores exemplos das teses absurdas foi a desenvolvida por Martin Katzmann e William Cale, da Universidade do Texas. Eles propunham, como melhor forma de preservação da Amazônia, a venda, pelos países amazônicos, dos direitos de desenvolvimento da região a organizações internacionais, como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, dos países ocidentais, e o Conselho de Assistência Econômica de Ajuda Mútua, dos socialistas.

— Como seriam geridos esses direitos de desenvolvimento?

— Uma fundação, majoritariamente composta pelas organizações europeias, administraria a área vendida por 50 anos, por exemplo, e se encarregaria dos programas conservacionistas. Ela ficaria também responsável pela comercialização dos direitos de pesquisa na área, por parte das indústrias interessadas. A fundação participaria dos royalties dos produtos que usassem recursos provenientes da Amazônia. Os países onde as pesquisas se realizaram ficariam com os juros da renda da fundação, depositada em bancos internacionais. A proposta de Katzmann prevê ainda a criação de milícias que seriam formadas pelos índios, aos quais seriam entregues armas e walkie-talkies, e proibiram a entrada de pessoas não autorizadas. Katzmann chegou até a calcular o custo dessa operação — um dólar por hectare. Essa tese considera os países amazônicos completamente idiotas.

— Quando o senhor começou seu mestrado na USP, em 1970, alguém estudava a Amazônia?

— Não se falava em Amazônia como objeto de estudo científico, pelo menos no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, a não ser de passagem. Só havia uma pessoa fazendo mestrado sobre cidades da Amazônia, mas na área de geografia. O conhecimento sobre a Amazônia começa a ser sistematizado a partir de meados da década de 70, através de empresas de planejamento contratadas pelos governos estaduais, que se sentiam desassistidos para levar adiante projetos de desenvolvimento regionais. Nessa época, também o Projeto Radam estava sendo concluído. Por outro lado, outros centros internacionais geradores de conhecimento, como a Universidade da Flórida, começaram a enviar investigadores para estudar a Amazônia.

— A Transamazônica e as outras estradas trouxeram também os cientistas?

— A deflagração de uma nova era de desenvolvimento na região, dirigido pelo Estado, provocou uma série de mudanças de caráter migratório, formando uma fronteira agrícola no Norte do país. Foi isso que suscitou todo o cenário atual de conflitos e tensões. E foi esse cenário que, por sua vez, despertou a curiosidade científica. Também os governos estadual e federal, para prosseguir nas iniciativas de desenvolvimento, tinham necessidade de importar especialistas na área de levantamento de recursos naturais e ciências aplicadas. Tudo isso explica uma nova postura de estudo da Amazônia, por parte de brasileiros e estrangeiros.